

economia

Fim das bets pode favorecer varejo e bancos na Bolsa

Mercado regulado teve receita de R\$ 36,9 bilhões em 2025, diz BTG

/ MERCADO FINANCEIRO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O dinheiro que deixa de ir para as bets pode voltar ao supermercado, ajudar a quitar uma prestação atrasada ou abrir espaço para a compra de uma roupa. É por esse caminho, passando pelo orçamento das famílias, que a proibição das apostas pode repercutir na Bolsa brasileira.

Varejistas e bancos estão entre os possíveis beneficiados, segundo especialistas, mas o encerramento das plataformas não representa uma garantia de alta das ações: o efeito depende do destino dos recursos e da capacidade de impedir a migração para sites ilegais.

A discussão ganhou força com a Medida Provisória 1.394, editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 25 de setembro. A norma proíbe a exploração e a publicidade de apostas de quota fixa, incluindo apostas esportivas e jogos online, e preserva as demais modalidades lotéricas autorizadas.

Novos depósitos já foram interrompidos, os apostadores têm até 5 de outubro para sacar os saldos e os sites e aplicativos devem sair do ar no dia seguinte. Em vigor, a MP ainda precisa ser aprovada pelo Congresso para virar lei.

O tamanho desse dinheiro ajuda a explicar o interesse do mercado. Em relatório de 17 de setembro, anterior à edição da MP, o BTG Pactual apontou que o mercado regulado teve 25,2 milhões de apostadores em 2025 e receita de R\$ 36,9



Dinheiro pode ser redirecionado ao consumo e pagamento de dívidas

bilhões, descontados os prêmios pagos. Essa diferença, conhecida como GGR, dimensiona melhor a perda de renda das famílias do que o total transferido às plataformas, que inclui dinheiro recebido em prêmios e novamente apostado. Ainda assim, não significa que R\$ 36,9 bilhões irão integralmente para as lojas.

Alexandre Pletes, sócio e head de Renda Variável da Faz Capital, vê uma possível redistribuição da renda disponível. Supermercados e atacarejos poderiam capturar parte desses recursos, assim como farmácias, especialmente nas vendas de perfumaria, e redes de vestuário e eletroeletrônicos. Entre os exemplos citados estão Magazine Luiza, Casas Bahia, Renner, C&A e Centauro.

“Não existe nada que permita dizer: ‘Agora as bets acabaram, então a ação de determinada empresa será imediatamente beneficiada’”, ressalta Pletes. A hipótese é que menos gastos com apostas

deixem mais dinheiro para compras e reduzam parte da pressão sobre a inadimplência. “Para chegar aos resultados das companhias, essa mudança precisa aparecer nas vendas, na capacidade de pagamento dos clientes e, depois, nas expectativas dos investidores”, diz.

Antes de comprar, muitas famílias podem precisar colocar as contas em dia. Karen Focchesatto, consultora de investimentos da Unicred Porto Alegre, avalia que o consumo essencial e de tiquete mais baixo está entre os segmentos com potencial de ganho. Para consumidores endividados, entretanto, a prioridade pode ser pagar dívidas.

“Uma eventual redução dos gastos com apostas pode primeiro contribuir para a melhora da capacidade de pagamento e, posteriormente, abrir espaço para um aumento gradual do consumo”, explica.

Setor financeiro deve se beneficiar da medida

Essa reorganização também pode favorecer o setor financeiro. Bancos e outras empresas expostas ao crédito ao consumidor teriam espaço para uma melhora da qualidade das carteiras caso os clientes consigam retomar pagamentos.

Matheus Jaconeli, analista de investimentos e portfólio da ZIIN DTVM, aponta ainda efeitos possíveis sobre empresas de pagamentos: elas podem perder movimentação ligada às apostas, mas capturar novas transações no varejo. Ele pondera que “o desempenho imediato dos ativos continua mais de-

pendente da conjuntura macroeconômica e do cenário político”.

A redistribuição, por outro lado, tem também um lado de perdas. Ricardo Teixeira, coordenador do MBA em Gestão Financeira da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destaca o impacto sobre o futebol e a mídia, com a retirada de patrocínios e anúncios.

Ao mesmo tempo, considera que a recuperação do consumo pode demorar justamente porque parte dos antigos apostadores terá de reorganizar as finanças. “Quem ficou em uma situação fi-

nanceira difícil em consequência das apostas provavelmente vai - e deve - primeiro reorganizar a vida financeira para depois voltar a consumir”, argumenta.

O principal limite dessa expectativa está no mercado clandestino. O BTG alerta que uma parcela dos recursos pode continuar sendo apostada em operadores ilegais, enquanto outra pode virar poupança ou pagamento de dívidas. Karen sugere acompanhar consumo, inadimplência, concessão de crédito e comprometimento da renda para avaliar os efeitos.

Emissoras de Rádio e TV vão ao STF contra suspensão das apostas

/ PUBLICIDADE

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao ministro Luiz Fux a suspensão da Medida Provisória que proibiu as bets no Brasil até a deliberação do Congresso Nacional ou até o julgamento de mérito da ação e solicitou ainda o ingresso como amicus curiae na nova ação. Fux é relator da ação que questiona a legalidade da MP. Procurados, o STF e o ministro não se manifestaram.

Os pedidos da Abert foram feitos por meio de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que foram protocoladas na última quarta-feira.

A entidade reforçou o pedido da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR). “Diante desse fato superveniente, em 28 de setembro de 2026, a ANJL e o IBJR formularam, nas três ações, pedido cautelar incidental destinado a preservar a eficácia da futura decisão da causa. Para tanto, requerem a suspensão da eficácia da Medida Provisória até a conclusão da sua apreciação pelo Congresso Nacional ou até o julgamento de mérito da ação”, diz o documento.

“Por todo o exposto, a Abert requer sua admissão na qualidade de amicus curiae na presente Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), para todos os fins legais e regimentais, protestando pelo exercício de todos os atos

inerentes à condição de amiga da Corte, inclusive despaçar memoriais, apresentar eventuais manifestações que se mostrem pertinentes e sustentar oralmente.”

No documento, a Abert ainda argumentou que a MP “peca por desvio de finalidade” uma vez que foi feita em plena campanha eleitoral e terá efeitos entre o primeiro e segundo turno.

A Abert defende a participação como amiga da corte alegando que os efeitos da medida sobre a publicidade não são “meramente reflexos ou acessórios” já que a proibição veda todo o conteúdo relacionado às apostas. “A norma não se dirige, portanto, apenas aos operadores de apostas. Os veículos de comunicação representados pela Abert são destinatários diretos de suas determinações, obrigações e sanções”, afirma.

Desde a publicação da medida provisória, está proibido fazer qualquer tipo de ação de comunicação, publicidade, propaganda, marketing e patrocínio relativa a apostas de quota fixa, em qualquer meio. No documento, a entidade aponta a insegurança jurídica e impactos sobre contratos de publicidade e patrocínio, com perdas para as emissoras.

“Desde então, as emissoras de rádio e televisão estão impedidas de veicular novas inserções, de celebrar ou renovar contratos com anunciantes e patrocinadores e de dar execução a ajustes regularmente firmados”, acrescenta o documento.



Entidade busca preservar contratos de publicidade e patrocínio